

INFLUXOS DA GUERRA NA UCRÂNIA E DO CONFLITO HAMAS X ISRAEL NA RECONSTRUÇÃO DA ORDEM GEOPOLÍTICA MUNDIAL

Guilherme Sandoval Góes ¹
Carlos Alberto Rattmann ²

Resumo: O presente trabalho acadêmico tem o objetivo de analisar o sistema de governança global que surgirá na era pós-conflitos armados na Ucrânia e na Faixa de Gaza. A invasão do território ucraniano por tropas russas em 2022, denominada de “Operação Militar Especial” pelo Kremlin, tem potencial para se tornar o maior conflito armado no continente europeu desde a Segunda Guerra Mundial. No âmbito global, reacende o receio de que outras potências militares busquem anexar ao seu território áreas que entendam possuir laços histórico-culturais, etnias e mesmo idioma; como é o caso de Taiwan pela China. Em contrapartida, as chamadas potências revisionistas, notadamente a China e a Rússia, vislumbram a Guerra da Ucrânia como uma tentativa de manutenção de uma ordem hegemonicamente controlada pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais. Recentemente, em outubro de 2023, o ataque perpetrado pelo Hamas no território de Israel causou mortes, ferimentos e sequestros de pessoas de diversas nacionalidades. Esta ação desencadeou uma forte reação militar israelense na Faixa de Gaza mirando os integrantes do Hamas e afetando uma parcela da população civil da Palestina. Com efeito, tais movimentações no tabuleiro do xadrez geopolítico revelam a tendência de reedição do paradigma Mackinder-Spykman, que coloca, de um lado, a expansão centrífuga de potências eurásianas e, do outro, a contenção centrípeta das potências ocidentais. Assim, nesse turbulento contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar os reflexos desses futuros pós-guerra e pós-conflito para a ordem mundial hodierna; pois, conceitos inerentes ao direito internacional e à geopolítica precisam ser revistos e atualizados para garantir a paz e o desenvolvimento das nações dentro de uma perspectiva geopolítica multipolar.

Palavras-chave: Guerra na Ucrânia; Conflito Hamas-Israel; Ordem Mundial; pós-guerra; pós-conflito.

Abstract: This academic work aims to analyze the global governance system that will emerge in the post-armed conflict era in Ukraine and the Gaza Strip. The invasion of Ukrainian territory by Russian troops in 2022, called a “Special Military Operation” by the Kremlin, has the potential to become the largest armed conflict on the European continent since the Second World War. At a global level, there is a

¹ Coordenador do Programa de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra (ESG). Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Pós-Doutor em Geopolítica, Cultura e Direito pela Universidade da Força Aérea (UNIFA). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Conferencista do William Perry Center e diplomado pelo Naval War College dos Estados Unidos da América.

² Doutorando e Mestre em Ciências Aeroespaciais pelo Programa de Pós-graduação (PPGCA) da Universidade da Força Aérea (UNIFA). Advogado, especialista em Direito Internacional pela Universidade Positivo (UP).

rekindling of fears that other military powers may seek to annex areas to their territory that they consider to have historical-cultural ties, ethnicities and the same language; as is the case of Taiwan by China. On the other hand, the so-called revisionist powers, notably China and Russia, see the Ukrainian War as an attempt to maintain an order hegemonically controlled by the United States and its Western allies. Recently, in October 2023, the attack carried out by Hamas in the territory of Israel caused deaths, injuries and kidnappings of people of different nationalities. This action triggered a strong Israeli military reaction in the Gaza Strip, targeting Hamas members and affecting a portion of the Palestinian civilian population. In effect, such movements on the geopolitical chessboard reveal the tendency to reissue the Mackinder-Spykman paradigm, which places, on the one hand, the centrifugal expansion of Eurasian powers and, on the other, the centripetal containment of Euro-Atlantic powers. Therefore, in this turbulent context, the present work aims to analyze the consequences of these post-war and post-conflict futures for today's world order; therefore, concepts inherent to international law and geopolitics need to be reviewed and updated to guarantee peace and the development of nations.

Keywords: War in Ukraine; Hamas-Israel conflict; World Order; post-war; post-conflict.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo vem passando por transformações radicais em consequência de dois grandes momentos de ruptura paradigmática da História: a Guerra da Ucrânia (2022) e o Conflito Hamas-Israel.

Tais eventos têm desdobramentos geopolíticos complexos que trazem no seu âmago a (des)globalização da economia e a reordenação das cadeias globais de valor, inovação e produção, cuja origem é tensão geopolítica entre os Estados Unidos e a China. De fato, na esteira desta complexidade pós-moderna, a dinâmica da geopolítica e das relações internacionais também se acelera, na medida em que se vê compelida a incorporar na sua equação epistemológica novas variáveis até então desconsideradas, como, por exemplo, a mitigação das grandes alianças transatlântica e transpácifica de Obama, a guerra comercial do *America First* de Trump e a iniciativa de aproximação com a região do Indo-Pacífico de Biden.

Com efeito, o estudioso da geopolítica e das relações internacionais tem a missão de desvelar a intrincada tessitura estratégica da era pós-moderna, que transita a partir da tensão geopolítica entre a expansão mackinderiana chinesa e a contenção spykmaniana americana.

É por todas essas evidências que, no presente trabalho, outro caminho não se terá senão o de trilhar a longa evolução do sistema mundial de poder, desde o período da Guerra Fria até, finalmente, atingir-se a era pós-moderna dos dias atuais, em plena vigência da Guerra da Ucrânia e do Conflito Hamas-Israel.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por escopo averiguar os impactos dos recentes conflitos armados russo-ucraniano e na Faixa de Gaza para a reconfiguração da atual e, agora, abalada, ordem mundial, em um cenário de pós-guerra e pós-conflito, onde interesses de potências globais serão discutidos e revistos em acirrada competição para preservar conquistas geopolíticas.

Em fevereiro de 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia, uma potência nuclear com poderio militar reconhecido, representou um marco histórico. O ataque a um estado soberano pôs fim à ordem geopolítica estabelecida na Europa após a Segunda Guerra Mundial.

Ao lançar a "Operação Militar Especial na Ucrânia", o presidente russo Vladimir Putin desafiou um princípio fundamental da ordem internacional: a inadmissibilidade da expansão territorial pela força bruta (Brunk e Hakimi, 2022). A ação militar russa contradiz a Carta das Nações Unidas, que consagra o princípio da resolução pacífica de conflitos e a não violação da integridade territorial dos estados

Um alerta para esta situação ocorreu em 2007, na Conferência de Munique sobre Política de Segurança, onde o discurso de Putin chamou atenção por classificar a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para o leste, como uma ameaça à integridade da Rússia e manifestando que seu país não aceitaria um mundo unipolar (Welfens, 2022).

Pelo lado do Oriente Médio, em 2005, a saída do governo israelense de Gaza para permitir que seus habitantes se governassem completamente, sem qualquer presença judaica, favoreceu a eleição do grupo Hamas para governar a região. Pouco tempo depois, em 2007, o Hamas retirou o grupo Fatah, ligado à Autoridade Palestina, da administração local. Contudo, em vez de construir uma paz sustentável e proporcionar uma situação de bem-estar social para os palestinos em Gaza, utilizou os recursos e materiais destinados às melhorias civis, como escolas, hospitais e habitações, para construir sua estrutura bélica (Greenland, 2024).

Sem dúvida, o ataque surpresa do Hamas contra Israel, no amanhecer do dia 07 de outubro de 2023, com lançamento de foguetes e incursões por terra, ar e mar de militantes armados contra cidades, unidades militares, kibutzes e um festival de música, resultando em mortes e sequestros de israelenses (Samuel, 2023), desencadeou uma forte reação militar das Forças de Defesa de Israel contra a Faixa de Gaza.

Inegavelmente, os embates em tela rompem com a configuração da geopolítica mundial solidificada após a Segunda Guerra Mundial; ocasionando a fratura de paradigmas e formulação de um novo conceito de concerto das nações, reunindo nesta missão Estados soberanos, organismos internacionais, empresas privadas e estatais, institutos de pesquisa e de tecnologia e outros atores estratégicos.

De fato, vive-se a era da pós-bipolaridade geopolítica (colapso da União Soviética e fim da Guerra Fria), a era da pós-modernidade filosófica (fim dos ciclos liberal e social), a era do pós-positivismo jurídico (superação da aplicação positivista e mecânica da lei), a era da pós-verdade (notícias criadas - fake news - suplantam as notícias verdadeiras), a era do Estado pós-nacional (relativização do conceito de soberania absoluta a partir do processo de globalização da economia) e a era da estatalidade pós-welfarista (crise do Estado Social ou *Welfare State*).

Neste diapasão, o presente trabalho de pesquisa tem por escopo analisar a influência do pós-Guerra na Ucrânia e pós-conflito em Gaza, daí sua base epistemológica focada no conceito de multipolaridade, que não se confunde com a ideia de multilateralidade.

Defende-se aqui a tese de que o mundo contemporâneo deve caminhar para a multipolaridade multilateral, em substituição à unipolaridade multilateral da *pax americana*. Eis aqui o espectro temático do presente trabalho.

A ORDEM GEOPOLÍTICA MUNDIAL SOB A ÉGIDE DA *PAX AMERICANA*

Para uma melhor compreensão do paradigma geopolítico da *pax americana*, é natural que se faça, em uma primeira abordagem, uma breve referência aos paradigmas geopolíticos que lhe eram anteriores, isto é, a ordem mundial eurocêntrica e a ordem mundial da Guerra Fria.

No âmbito do mundo eurocêntrico, o sistema de governança global era regido pelas potências europeias, notadamente Reino Unido, França e Alemanha, cujas disputas geopolíticas gestaram as grandes guerras da História da humanidade, quais sejam: as guerras napoleônicas e as duas grandes guerras mundiais.

Com efeito, o sistema eurocêntrico vivenciou realidades geopolíticas vinculantes disruptivas, mas que, no entanto, não afastaram suas características centrais, quais sejam: equilíbrio de poder (inexistência de uma superpotência terrestre hegemônica na Europa) e as guerras de conquistas de jogo de soma zero

(guerras promovidas por potências agressoras com pretensões universais) (Góes, 2018).

Observe com atenção que, durante o domínio da ordem mundial eurocêntrica, os Estados Unidos adotaram a política de isolacionismo geopolítico, também conhecida como a doutrina do "América em Primeiro Lugar", que ressurgiu anos mais tarde com a administração Trump. Em outras palavras, a estratégia do "America First" não é uma novidade e foi amplamente empregada em diferentes períodos da história dos Estados Unidos, especialmente entre guerras, durante a prevalência da ordem mundial eurocêntrica. Seu uso projeta a ideia de proteger seu mercado interno, com o desiderato de ganhar musculatura geopolítica.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema eurocêntrico deixa de ser geopoliticamente relevante, sendo, então, substituído pela Guerra Fria. É nesse contexto pós-eurocêntrico de bipolaridade geopolítica que as grandes estratégias dos Estados Unidos passam a reger as relações internacionais do mundo ocidental.

Ou seja, é nesse momento histórico que a hegemonia norte-americana deixa de ser implícita e, passa, efetivamente, a disputar espaços geopolíticos com a União Soviética, dentro de uma dinâmica de confrontação ideológica desenvolvida sob os influxos do condomínio imperial sobre o mundo (Alves Pereira, 2007, p. 22).

Nos primórdios da Guerra Fria, mais precisamente, a partir das Conferências de Yalta e Potsdam de 1945, os construtores da estratégia norte-americana estavam divididos com relação à postura geopolítica da União Soviética.³

Começava assim a Guerra Fria, tendo-se, de um lado, a expansão soviética de inspiração mackinderiana e, do outro, a contenção norte-americana sob influência spykmaniana. Eis aqui muito bem caracterizado o **paradigma** denominado **mackinderiano-spykmaniano**, que vigorou durante todo o confronto bipolar. Assim, a expansão mackinderiana da União Soviética apostava na

³ Foi nesse ambiente de dúvidas que se notabilizou a visão prospectiva de George Frost Kennan, primeiro estrategista a perceber que a URSS não era simplesmente um aliado difícil nas negociações do segundo pós-Guerra, mas, ao contrário, era, inquestionavelmente, o principal opositor geopolítico dos Estados Unidos no contexto mundial que surgia. Na visão de Kennan, as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética não tardariam a se deteriorar em função da insatisfação soviética com relação aos acordos de Yalta e Potsdam. Ou seja, na medida em que persistiam laivos de tensão não resolvidos entre as superpotências emergentes, o condomínio geopolítico da Guerra Fria encontrava-se em movimento. Um bom exemplo foi a manutenção de tropas soviéticas no coração da Europa, muito embora não tivessem mais significado militar em relação à vitória na Segunda Guerra, assumiam novos contornos geopolíticos nesse contexto de confrontação bipolar. De observar-se, pois, que a Guerra Fria foi um fenômeno geopolítico de longa duração (de 1945 a 1989), com características próprias atreladas à ação estatal de duas superpotências dentro de um contexto de condomínio geopolítico mundial. Um verdadeiro jogo geopolítico de soma zero: conquista de novos aliados para os seus respectivos espaços de influência. (Góes; Villagra, 2015, p. 34-35).

progressiva conquista da Ilha-Mundo (formada pelos três continentes: Europa, África e Ásia) a partir do *heartland* (Europa Oriental), dominando assim o mundo.

Por outro lado, a Geoestratégia da Contenção dos EUA (*Kennan's Containment Strategy*), com base na teoria das fímbrias de Spykman, apostava no controle do *rimland* (bordas do heartland), como base fundante do isolamento da União Soviética no coração da Terra. Para dar concretude à teoria das fímbrias de Spykman, o estrategista norte-americano fez uso de um velho e conhecido axioma da política externa daquele País, qual seja, articular alianças internacionais em benefício próprio.

E assim é que, para controlar isolar a URSS no Coração da Terra, a Estratégia da Contenção americana engendrou a seguinte sequência de alianças multilaterais:

a) para defender a Europa Ocidental, formou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN);

b) para proteger as regiões do Oriente Médio e da Ásia Central, criou a Organização do Tratado do Centro (OTCEN);

c) para neutralizar a projeção comunista sobre o continente asiático, constituiu a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE).

Note-se que esse grandioso esquema geopolítico foi concebido a partir da alta capacidade de articulação internacional dos EUA, fruto de uma elite estratégica sofisticada, cuja habilidade para dissimular interesses próprios é irresponsável. É preciso, cada vez mais, densidade estratégica para não se deixar seduzir pelo *american way* de fazer política internacional.

A linha dominante que caracterizou a Guerra Fria foi o **princípio do alinhamento geopolítico necessário**. Vale dizer: o sistema de forças internacionais era impulsionado pela disputa entre dois grandes centros de poder em todos os campos do poder nacional (político, econômico, militar, psicossocial e tecnológico).

Portanto, o poder de atração das duas superpotências era completo em si próprio. As demais nações se limitavam a observar o princípio do alinhamento geopolítico necessário, isto é, **escolher a qual das duas superpotências iriam se perfilhar**. De fato, o princípio do alinhamento geopolítico necessário criava um contexto mundial de alta previsibilidade, na medida em que as cadeias de produção, valor e inovação não eram globais, ou seja, existiam **duas grandes cadeias internacionais de produção e inovação**: a cadeia ocidental liderada pelos Estados Unidos, Europa e Japão e a cadeia oriental capitaneada pela União Soviética.

Não se pode aqui ainda falar em globalização da economia, um paradigma concebido com o objetivo de universalizar as cadeias globais de valor, produção e inovação, que eram até então divididas entre dois grandes blocos de países. Com o fim da União Soviética, surgiu a possibilidade de se criarem cadeias globais totalmente controladas pelas potências ocidentais, notadamente, os Estados Unidos, a Europa e o Japão.

Na Guerra Fria, os países subdesenvolvidos de modernidade tardia, como infelizmente, ainda é o caso do Brasil, limitavam-se a escolher um determinado lado, sendo completamente absorvidos pelas respectivas cadeias ocidentais ou orientais da época.

É exatamente nesse sentido que se dá a globalização da *pax americana*, única superpotência remanescente e capaz de criar novas cadeias globais de produção, inovação e valor, juntamente com seus aliados democráticos do Ocidente, aí incluído o Japão.

Portanto, independentemente da aceitação ou não do fim da Guerra Fria como marco inicial de uma ordem mundial pós-moderna, o fato é que a queda do muro de Berlim gerou grandes transformações no plano geopolítico, do direito e das relações internacionais, justificando dessarte a ideia de implantação de uma nova era, de um novo paradigma pós-moderno de relações de poder global.

Note-se aqui que a ideia de pós-modernidade geopolítica traz no seu âmago um novo conceito de espaço vital (*lebensraum*), qual seja a **conquista de mercados e mentes**. Não se trata mais do clássico conceito de *lebensraum* atrelado a conquista de territórios, ao revés, o que importa, agora, é ganhar musculosidade geopolítica para conquistar novos mercados, que se abrem em escala planetária (Góes, 2018).

Em tempos de estatalidade pós-moderna, descortina-se uma globalização neodarwinista, patrocinada pela abertura mundial do comércio, relativização do conceito westfaliano de soberania e busca pela competitividade internacional.⁴

Com efeito, sob os influxos da pós-modernidade, exsurge um plexo de antinomias pós-estruturalistas, que caminha na direção de uma era do caos, como

⁴ Como bem destaca Luís Roberto Barroso: Planeta Terra. Início do século XXI. Ainda sem contato com outros mundos habitados. Entre a luz e sombra, descortina-se a pós-modernidade. O rótulo genérico abriga a mistura de estilos, a descrença no poder absoluto da razão, o desprestígio do Estado. A era da velocidade. A imagem acima do conteúdo. (...) Vive-se a angústia do que não pôde ser e a perplexidade de um tempo sem verdades seguras. Uma época aparentemente pós-tudo: pós-marxista, pós-kelseniana, pós-freudiana (Barroso, 2003, p.2).

mostra Ignacio Ramonet,⁵ ou, ainda, de uma era de geopoder, como preconiza Gearóid Ó Tuathail.⁶

Toda essa análise feita até aqui serve para introduzir o estudo da **unipolaridade multilateral** desenvolvida pela Estratégia do Engajamento e da Ampliação de Bill Clinton, que potencializa o fenômeno da globalização neoliberal da economia. Vale dizer um mundo geopoliticamente unipolar regido por um arquétipo multilateral pautado nos organismos multilaterais de cooperação internacional.

Com efeito, o gênio pragmático do estrategista norte-americano não demorou a sistematizar a Estratégia do *Engagement and Enlargement* a partir de um grandioso esquema multilateral de cooperação comercial, envolvendo seus dois grandes parceiros estratégicos da tríade hegemônica do sistema capitalista, quais sejam: Europa e Japão.

Com apurada sofisticação estratégica, os Estados Unidos criaram um mecanismo muito bem planejado, cujo base fundante era a interligação de três grandes áreas de integração comercial, quais sejam:

- a) Área de Livre Comércio das Américas (ALCA);
- b) Mercado Transatlântico (TM);
- c) Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC).

Para apoiar estes três grandes mecanismos de integração multilateral, a habilidade do estrategista estadunidense concebeu a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994, completando assim o arcabouço de estruturas hegemônicas de poder dos EUA, cujo início remonta à Conferência de Breton Woods, em 1944.

Enfim, com base nesta geometria duplamente tridimensional (ALCA-TM-APEC em combinação com FMI-BIRD-OMC), o poder estadunidense encontraria o caminho ideal para o triunfo capitalista liberal de acordo com a nova condição da pós-modernidade, qual seja, a conquista de mercados e mentes.

⁵ Com efeito, Ignacio Ramonet põe a nu a ideia de civilização do caos dos novos senhores do mundo (conglomerados financeiros e industriais privados), do planeta saqueado (destruição sistêmica do meio ambiente), das metamorfoses do poder e suas formas negociadas, reticulares e horizontais (mídia, grupos de pressão e organizações não-governamentais), do choque das novas tecnologias (lado a lado com o choque de civilizações das guerras étnicas) e tudo isso fazendo exalar nessa sociedade ocidental pós-moderna *um mau cheiro de remorso e algo parecido com um sentimento de náusea*. (Ramonet, 1998, p 7-12).

⁶ Gearóid Ó Tuathail ensina - ao introduzir o conceito de geopoder - que geografia é sobre poder. Nesse sentido, mostra o autor que "muito embora frequentemente assumida como ingênua, a geografia do mundo não é um produto da natureza, mas um produto das histórias de luta entre autoridades competindo por poder para organizar, ocupar, e administrar espaço. (Tuathail, 1996, p. 61).

Eis aqui muito bem caracterizada a nossa tese da **unipolaridade multilateral**.

O prestígio da Estratégia do *Engagement and Enlargement* de Clinton é resultante do sucesso econômico dos Estados Unidos na década de 90. Não foi por acaso que a economia norte-americana atingiu seu apogeu ainda na vigência da era do *Engagement and Enlargement*. Durante esse período, os EUA tiveram um crescimento de quase nove anos, um dos maiores de toda a história daquele país.

Tal contexto vai começar a mudar com o advento do 11 de setembro de 2001.

De fato, a queda das Torres Gêmeas é um fenômeno paradigmático na história das relações internacionais e da própria humanidade, uma vez que opera mudança radical no posicionamento geopolítico dos EUA, enquanto única superpotência remanescente da Guerra Fria. O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 representa o marco inicial de uma nova Era histórica, que refez a matriz estratégica de segurança nacional dos Estados Unidos, rechamando o *hard power* para a sua centralidade.

Em nenhum dos dois grandes paradigmas estratégicos anteriores (Geoestratégia da Contenção e Geoestratégia de Engajamento e Expansão), viveu-se a perspectiva de um cenário internacional unipolar, no qual a ideia-força de *pax americana* anunciava: na Guerra Antiterror, ou é meu amigo ou é meu inimigo; não há posição intermediária.

Eis aqui muito bem caracterizada a nossa tese da **unipolaridade unilateral da América de Bush em contraposição à unipolaridade multilateral de Clinton**.

Sob a égide da Doutrina Bush, o estrategista estadunidense desconsidera os graves reflexos no campo jurídico-internacional, na medida em que autoriza o uso da força sem a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, característica central do sistema yaltiano de poder, cuja lógica retirou do Estado nacional o direito de fazer a Guerra.

No dizer de José Luís Fiori:

Na década de 1990, muitos desacreditaram na utopia da globalização, do multilateralismo e da paz, mas, após os atentados de 11 de setembro de 2001, a guerra voltou ao epicentro do sistema e os Estados Unidos assumiram o projeto explícito de poder global, unipolar e quase imperial. Seis anos depois, entretanto, o mundo está uma vez mais mudando de direção: o projeto imperial norte-americano enfrenta dificuldades crescentes, os Estados Unidos perderam a capacidade de intervenção unilateral, e assiste-se a um retorno da “geopolítica das nações”, com corrida armamentista, políticas nacionalistas e disputas hegemônicas em quase todas as regiões geopolíticas do globo. (...) E não há dúvida de que, logo depois de sua posse, em janeiro de 2001, os primeiros passos externos da

administração Bush pareciam apontar para um novo período de isolacionismo arrogante e exemplar. Após o 11 de setembro, entretanto, a Doutrina Bush de combate ao terrorismo transformou o interesse nacional norte-americano no princípio legitimador de um novo tipo de intervencionismo político-militar que se propõe permanente, preventivo e global. (Fiori, 2007, p. 10-123).

Em suma, há que se reconhecer que o fim da Guerra Fria transferiu para os Estados Unidos um potencial militar, econômico, tecnológico e monetário sem precedentes na história do sistema mundial de poder, no entanto a partir da crise financeira de 2008, tal hegemonia vem perdendo força, notadamente com a crise pandêmica de 2019 e, agora, mais recentemente, com a Guerra da Ucrânia e o Conflito Hamas x Israel.

O DECLÍNIO DA HEGEMONIA AMERICANA E A RECONFIGURAÇÃO DA ORDEM MUNDIAL PÓS-GUERRA NA UCRÂNIA E PÓS-CONFLITO HAMAS X ISRAEL

Com rigor científico, pode-se afirmar que a reconfiguração da ordem geopolítica mundial começou com a crise de 2008, sendo potencializada posteriormente pelas crises da Covid-19 e dos conflitos em curso na Ucrânia e em Gaza.

No entanto, é a crise de 2008 seu ponto inicial. Assim, impende questionar: não seria a crise de 2008 o início do fim do mundo americano (*pax americana*)? Seria a crise de 2008 o início do fim da hegemonia da tríade capitalista (EUA, Europa, Japão) a partir da perda do controle das cadeias globais de valor, notadamente para a China? Seria a crise de 2008 o início de uma transição hegemônica que deslocará o sistema de governança global na direção de uma multipolaridade multilateral? Por que razões a crise de 2008 seria o símbolo de todas essas mutações paradigmáticas?

De fato, a crise financeira de 2008 é o eixo propulsor de uma verdadeira revolução copernicana no campo da geopolítica mundial, na medida em que traz no seu bojo a real possibilidade de desconstrução do mundo americano e sua possível substituição por um mundo multipolar ou pelo menos por um mundo sem predominância cêntrica dos Estados Unidos e seus tradicionais mecanismos de hegemonia mundial (Góes, 2018).

Realmente, o mundo pós 2008 é um tempo marcado pelo esforço dos Estados Unidos da América de evitar a transição para a multipolaridade, como se o seu poderio hegemônico pudesse subsistir por si mesmo e como se não fossem

profundamente dependentes das novas estruturas anti-hegemônicas de poder mundial que surgem tais como o G-20 financeiro, os BRICS, o G-20 comercial e outras organizações anti-hegemônicas.

Com efeito, já sob os influxos da crise de 2008, é a própria Estratégia de Obama que tenta resgatar a liderança americana dentro do sistema de governança global regido pela tríade capitalista (Estados Unidos, União Europeia e Japão), criando assim a Aliança Transpacífica (TPP) e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), com o objetivo de conter a expansão comercial e geopolítica da China.

É o próprio nome estratégico da Doutrina Obama que deixa claro esse grande objetivo de reconstruir a nação estadunidense a partir do resgate de sua liderança global (*Strategy of National Renewal and Global Leadership*). Em consequência, resta indubitável a preocupação do estrategista estadunidense de restaurar seu poder hegemônico de modo a evitar o surgimento de um novo polo de influência mundial, dotado de ambições geopolíticas autóctones, factíveis e com capacidade de resistência aos interesses vitais dos Estados Unidos.⁷

O apotegma é simples: Ou o mundo aceita a hegemonia da *pax americana* ou viverá em permanente estado de caos, estado de desordem mundial.

Sem embargo dessas importantes considerações, o fato é que esta visão de um mundo americano já não mais se coaduna com a realidade geopolítica pós-crise de 2008, cuja deflagração foi a falência do Banco de Investimentos Lehman Brothers.

Foi nesse contexto adverso que a crise de 2008 gestou uma nova distribuição do poder mundial, em que surgiram mecanismos de contra-hegemonia, tais como:

a) a atuação firme do G20 Comercial que paralisou a Rodada de Doha de 2001 no âmbito da Organização Mundial do Comércio, impedindo a decisão relativa à redução de tarifas dos produtos industrializados, proteção de patentes e compras governais, sem a devida liberalização dos produtos agrícolas;

b) o surgimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB - *New Development Bank*) e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA - *Contingent*

⁷ Nesse sentido, a visão de Zbigniew Brzezinski, o antiamericanismo que o governo Bush fez prosperar em escala planetária não deveria impedir que a América tivesse uma segunda chance de liderar o mundo, dentro de uma perspectiva de *pax americana*, simplesmente, porque: A América tem o monopólio do poder militar global, uma economia incomparável (segundo para ninguém) e uma inovação tecnológica inigualável, o que lhe confere uma influência política mundial única. Além disso, há um reconhecimento generalizado, ainda que não dito, de que o sistema internacional precisa de um estabilizador efetivo, e que a alternativa mais provável a curto prazo para o mundo americano é o caos (Brzezinski, 2007, p. 192).

Reserve Arrangement) dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que se colocam lado com as clássicas estruturas hegemônicas bretton-woodianas (FMI e BIRD);

c) a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB - *Asian Infrastructure Investment Bank*), instituição financeira de iniciativa da China com alcance global e cuja proposta é promover o investimento em infraestrutura e em setores produtivos nas regiões da Ásia e Oceania e, em especial, em países menos desenvolvidos;

d) a incapacidade do G -7 (Grupo dos Sete Países mais ricos do mundo) para neutralizar os efeitos nocivos da crise de 2008, sendo, pois, necessário abrir o diálogo com o G-20 Financeiro (Grupo dos Vinte Países mais ricos do mundo).

Enfim, todas essas considerações mostram o declínio da *pax americana* e sua capacidade de moldar o sistema de governança global.

Observe aqui, com a devida agudeza de espírito, que a formulação das políticas mundiais deixou de ser feita, exclusivamente, pelo tradicional G-7, passando agora também a ser feita pelo G-20 Financeiro. É nesse sentido que surge a ideia do **G-Zero World**, tal qual vislumbrada por Ian Bremmer e Nouriel Roubini, que destacam a realidade geopolítica disruptiva, na qual a velha ordem já não vale mais nada, na medida em que o grupo dos sete países mais industrializados do mundo (G-7) se tornou obsoleto, enquanto o G-20 e seus atores emergentes, tais como China, Índia, Brasil e Rússia, representam um bloco amplo demais para ser eficaz na criação de políticas uníssonas em escala planetária.

De todas essas análises complexas que surgem a partir de um mosaico cientificamente multinucleado, o que importa destacar é a visão de que o mundo pós-crise de 2008 nasce como um cenário mundial, no qual os Estados Unidos perdem a capacidade de controlar a mundialização financeira, seja pela mitigação dos seus indutores internos de hegemonia global (G-7, OMC, FMI e BIRD), seja pela perda de controle das cadeias globais de valor, produção e inovação.

É nesse diapasão que a Estratégia de Obama se apresenta como instrumento de contenção da expansão da China em escala planetária. Eis aí o paradoxo da ordem mundial pós-crise de 2008, uma viravolta do mundo americano “contra si mesmo” e fruto de uma globalização neoliberal, que lhe escapa do controle e cuja dinâmica foca na contenção spykmaniana contra a expansão mackinderiana da China. (Góes, 2018).

Em consequência, outro caminho não teve o estrategista norte-americano senão o de reeditar o paradigma mackinderiano-spykmaniano, agora com tintas da pós-modernidade, concebendo os grandiosos esquemas de alianças transoceânicas com seus tradicionais parceiros da tríade capitalista. No entanto,

tais alianças não surtiram os efeitos necessários e, em consequência, o estrategista americano resgatou o arquétipo do “América em primeiro lugar” da época do mundo eurocêntrico, como já visto alhures.⁸

Portanto, a novidade que a Doutrina Trump traz não é a colocação dos interesses americanos em prioridade, mas, sim, a tentativa de recuperar musculatura geopolítica para liderar a governança global de acordo com seus interesses vitais. Observe, com atenção, que o *America First* é um paradigma estratégico de fortalecimento do Estado norte-americano a partir da proteção do seu mercado interno, daí a Guerra Comercial com a China e o afastamento dos seus aliados europeus e japoneses.⁹

Na visão de Trump, não há mais espaço para arranjos multilaterais de comércio, que nada mais fazem do que fortalecer os **núcleos estratégicos chineses** (empresas- universidades- governo), prejudicando a economia dos EUA a partir da perda de controle das cadeias globais de valor. De tudo se vê, por conseguinte, que a Estratégia de Trump é aparentemente contraditória com a posição de líder da ordem mundial neoliberal até então ocupada pelos Estados Unidos. Como entender, em pleno século XXI, a geopolítica norte-americana desconstruindo a globalização neodarwinista, que ela mesmo edificou diretamente desde a queda do muro de Berlim, em 1989.

Dessarte, ao perceber a ineficácia das alianças transoceânicas de Obama, a Estratégia de Trump reedita, já em 2017, a antiga Estratégia “America First” da época do período entre guerras (1919-1941), viabilizando assim o giro da desglobalização da economia como instrumento de contraposição à Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) da China. E mais: os efeitos da crise pandêmica de 2019 potencializam os efeitos da crise financeira de 2008, fazendo com que a Estratégia de Trump, não apenas desfaça tais alianças, mas, declare unilateralmente a guerra comercial contra a China, afastando-se ao mesmo tempo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e dos seus parceiros estratégicos da Aliança Atlântica. (Góes; Rattmann, 2023, p. 23).

⁸ Sem ingenuidade epistêmica, o America First não significa que agora os EUA passarão a pensar nos seus interesses vitais em primeiro lugar. Ora que não se olvide que, desde o fim da mundialidade eurocêntrica, os EUA sempre controlaram a cena internacional pensando nos seus interesses vitais em primeiro lugar. Portanto, sem zotismo acadêmico, é preciso compreender que todas as grandes estratégias anteriores à implantação do “América em primeiro lugar” sempre colocaram a nação estadunidense em primeiro lugar.

⁹ Com rigor, o que se quer aqui reafirmar é a mudança de cosmovisão da NSS de Trump, que se afasta do encômio econômico liberal de abertura mundial do comércio, para se aproximar da racionalidade isolacionista, verdadeiramente protecionista, que viabiliza o “giro geopolítico da (des)globalização” do tempo presente, provocado, por sua vez, pelo “giro de engrandecimento do geopoder chinês”, que se materializa com a deflagração da convergência entre o Cinturão Econômico da Rota da Seda (por terra) e a Rota da Seda Marítima do Século XXI (por mar) (Góes, 2018).

A análise do cenário pós-Guerra da Ucrânia e do Conflito Hamas x Israel apresenta desafios complexos que se apresentam ao sistema de governança global.

De rigor, a invasão russa à Ucrânia em 2022 gerou tensões e realidades geopolíticas vinculantes, na medida em que violou a legalidade do *jus ad bellum*. Por outro lado, os EUA e os países, da OTAN vêm dando suporte financeiro e militar à Ucrânia, apesar das divisões internas entre a base democrata (apoio à Ucrânia) e a oposição republicana (contrária ao apoio).

No mesmo sentido, e com as mesmas variáveis, o conflito entre Israel e o grupo palestino Hamas também é paradigmático para a evolução ou não do sistema de governança global. Enquanto os EUA têm apoiado Israel de forma quase incondicional, avolumam-se críticas internas no próprio País e no âmbito da sociedade internacional.

Finalmente, no campo da geopolítica mundial, o desfecho dessas crises mundiais, a nosso sentir, pode reeditar a bipolaridade da época da Guerra Fria, caracterizada por dois grandes pilares de sustentabilidade, quais sejam:

a) o **retorno do princípio do alinhamento geopolítico necessário** (países do Sul Global não terão outra alternativa geopolítica senão a de escolher um lado, ou seja, o Ocidente americano ou o Oriente chinês) (Góes, 2015, p. 50); e

b) o **reordenamento das cadeias globais de valor, produção e inovação** (a ascensão da China como potência global desafia a capacidade americana de manter sua liderança industrial, econômica e tecnológica, fazendo com que as cadeias globais sejam remanejadas a partir dos conceitos de friendly-shoring, near-shoring e repatriação da indústria).¹⁰

Isso pode ocorrer por várias razões, dentre outras, dependência excessiva de fornecedores estrangeiros, e.g., dependência na área de transporte e saúde da China, mudanças nas condições geopolíticas e tecnológicas de potências rivais e/ou revisionistas, preocupações com questões de segurança nacional e até mesmo perda de competitividade internacional de seus próprios núcleos estratégicos (tríplice hélice), ou seja, baixa capacidade de suas empresas, instituições de ensino e pesquisa ou o próprio país de conquistar efetivamente

¹⁰ Por "**friendly-shoring**" entende-se o ato de transferir parte das operações de produção industrial, tecnológica ou de serviços para países que têm relação mais confiável, amigável ou cooperativa com a empresa ou país de origem. No caso em tela, EUA e a China têm interesses divergentes em termos de localização de produção e serviços, o que evidentemente orienta essa reordenação de cadeias globais. Já o "**near-shoring**" envolve a transferência dessas atividades para países próximos geograficamente, que sejam também confiáveis. A ideia é manter a proximidade física entre a produção e o mercado-alvo, reduzindo o tempo e o custos de transporte e logística. Finalmente, a "**repatriação da indústria**" refere-se ao movimento de trazer de volta a produção ou serviços que foram previamente terceirizados para outros países.

mercados globais.

Envolve, portanto, fatores como inovação, tecnologias disruptivas, digitalização, qualidade logística, acesso a recursos naturais e muitas outras habilidades e competências. Com efeito, a busca pela competitividade internacional dos núcleos estratégicos será fundamental para o sucesso de um país no mundo pós-Guerra da Ucrânia/pós-Conflito Hamas e Israel ainda em construção.

Esses conceitos são cruciais para entender como as empresas, universidades e os países adaptam suas diferentes estratégias diante das mudanças nas cadeias globais e das dinâmicas geopolíticas. Em síntese, os conceitos de friendly-shoring, near-shoring, repatriação da indústria e competitividade internacional estão intrinsecamente ligados à competição entre os Estados Unidos e a China, que é multifacetada e abrange estratégias para impulsionar a economia doméstica, criar empregos locais e fortalecer a capacidade industrial e tecnológica do país. economia, tecnologia, segurança e influência global.

A questão que se impõe então é saber se o cenário pós-Guerra da Ucrânia/pós-Conflito em Gaza manterá a geopolítica de poder de nações hegemônicas ou tenderá efetivamente para uma geopolítica multipolar multilateral. Nesse sentido, sem zotismo acadêmico, impende questionar se a afirmação kantiana de que “os povos da terra perfazem uma comunidade universal, na qual a violação de um direito em um Estado repercute em todos os demais” é exequível, quando se constata o uso geopolítico dos direitos humanos na busca de interesses nacionais egoísticos, notadamente das nações mais poderosas? Dessarte, há que se reconhecer o longo caminho a percorrer para a implantação de uma ordem metaconstitucional de direitos humanos, no entanto, por outro lado, já se encontra no horizonte científico a incapacidade do direito internacional hegemônico da Ordem de Yalta para garantir a segurança e a paz internacionais e, na sua esteira, a grave violação de direitos humanos de populações civis, não envolvidas em conflito armado. (Góes; Rattmann, 2023, p. 34).

Na visão de França (2022), por exemplo, apesar de alguns conflitos armados localizados ao longo do século passado, a sensação de segurança no continente europeu foi perturbada na madrugada de 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia, alegadamente em operação militar especial, invadiu o território da Ucrânia, depois de um tenso período entre esses países, envolvendo exercícios militares russos nas áreas da fronteira ucraniana. Estas hostilidades bélicas contrariam o pacto pela paz surgido por meio da Carta das Nações Unidas, afetando todo um conjunto de sistemas de garantias

Um dos argumentos russos para esta incursão bélica diz respeito à expansão da OTAN para países fronteiriços ao seu território. Contudo, se a intenção era limitar tal expansão, o efeito mostrou-se contrário, culminando com a assinatura dos protocolos de adesão da Finlândia e da Suécia, no dia 5 de julho de 2022, em Bruxelas.

Sob esta perspectiva cabe investigar o sistema de governança global decorrente não apenas da crise mundial do coronavírus, de 2019, mas, também, da Guerra da Ucrânia, de 2022, procurando desvelar seus impactos no Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e, em especial, no Direito Internacional Humanitário (DIH). No que tange ao DIDH, será necessário examinar, de um lado, os impactos da globalização liberal, de inspiração lockeana, cuja proteção fica limitada às liberdades fundamentais e, do outro, os reflexos da governança global pós-pandemia, de inspiração kantiana, cuja base fundante é a proteção universal dos direitos humanos. (Góes, 2023, p. 120).

Para Haass (2019), alcançar um estado de ordem mundial requer:

[...] uma distribuição estável de poder e uma ampla aceitação das regras que regem a condução das relações internacionais. Também necessita de uma política hábil, uma vez que uma ordem é feita, não nascida. E não importa quão maduras sejam as condições iniciais ou quão forte seja o desejo inicial, mantê-la exige diplomacia criativa, instituições funcionais e ações eficazes para ajustá-la quando as circunstâncias mudam e apoiá-la quando os desafios surgirem (Haass, 2019, p. 22, tradução nossa).

Por conseguinte, no campo da geopolítica, a ordem global pós-Guerra na Ucrânia, tanto pode gerar uma governança global hobbesiana, regida pelo fio desencapado de alta tensão entre megapotências (EUA e China), quanto pode implementar uma governança global kantiana, capitaneada por diferentes polos de poder mundial a partir de novas estruturas multilaterais não mais controladas por uma única superpotência dominante.

Apesar de o Teatro de Operações do conflito russo-ucraniano ser geopoliticamente localizado no hemisfério norte, ou seja, na europa, na prática é um confronto que envolve outras potências mundiais centrado no colapso previsto da hegemonia global dos Estados Unidos, desafiando abertamente a *pax americana* (Samii Isfahani e Farahmand, 2022).

De igual modo, o conflito entre Hamas e Israel inaugura uma nova crise no golfo que implica, pelo lado de Israel, no apoio de Canadá, Estados Unidos e seus aliados europeus e, pelo lado da Palestina (Hamas), traz à cena Rússia, China,

Turquia, Irã, Catar, Líbano (Hezbollah) e Iêmen (Houtis). Contudo, a capacidade de qualquer um desses poderes resolver ou conter este conflito é consideravelmente incerta (Bercean, 2023).

Nesse sentido, doutrinadores há (Ian Bremmer, Samuel Huntington, Fareed Zacaria, Parag Khanna etc.) que entendem que estamos vivenciando o fim do ciclo hegemônico norte-americano, ou seja, o surgimento de um mundo pós-americano em substituição à *pax americana*, em vigor desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

De fato, os eventos de 2008/2019/2020, agora acrescidos do conflito Hamas-Israel, gestaram uma verdadeira revolução copernicana no campo da geopolítica mundial, na medida em que viabilizaram a desglobalização da economia a partir da reordenação das cadeias internacionais, projetando de certa maneira a desconstrução do mundo americano e sua possível substituição por um mundo multipolar ou pelo menos por um mundo sem a predominância cêntrica dos Estados Unidos e seus tradicionais mecanismos de hegemonia mundial (FMI, BIRD, G7, OMC, Dólar como referência monetária global).

No contexto pós-Guerra da Ucrânia e pós-conflito Hamas-Israel, será possível retomar a liderança mundial norte-americana ou despontará uma ordem mundial multipolar?

Os EUA ajustaram suas estratégias de segurança e defesa nacional e adotaram políticas unilaterais de proteção comercial. Na visão da China, os EUA provocaram a desglobalização criando mecanismos protecionistas para encobrir a falta de competitividade de suas empresas multinacionais (núcleos estratégicos) em nome da segurança nacional.

Por outro lado, contrariamente à Estratégia de Trump, a de Biden retoma sua aliança com a OTAN, promovendo o seu alargamento e intensificando as tensões com a Rússia. Já a Rússia busca resgatar a vertente haushoferiana da Pan-Rússia, tentando consolidar sua posição no mar negro.

Já a Estratégia da China destaca como seus principais objetivos nessa nova era mundial a capacidade para: a) dissuadir e resistir à agressão; b) salvaguardar a segurança política nacional, a segurança do povo e a estabilidade social; c) se opor e conter a “independência de Taiwan”; d) reprimir os proponentes de movimentos separatistas como a “independência do Tibete” e a criação do “Turquistão Oriental”; e) salvaguardar a soberania nacional, unidade, integridade territorial e segurança; f) salvaguardar os direitos e interesses marítimos da China; g) salvaguardar os interesses de segurança da China no espaço sideral, espaço eletromagnético e ciberespaço; h) salvaguardar os interesses da China no exterior; e i) apoiar o desenvolvimento sustentável do país (Estratégia da China, 2019).

Por outro lado, desponta a complexidade da Grande Estratégia estadunidense nesse contexto de reconfiguração inevitável, ou seja, tenta evitar a **transição para a multipolaridade**, mas reconhece a insuficiência da tríade capitalista (EUA, Europa, Japão) na condução do sistema financeiro internacional, bem como as dificuldades de conter a ascensão geopolítica da China e de outras potências regionais, notadamente a partir das fragilidades atuais das suas estruturas hegemônicas de poder criadas desde Bretton Woods (dólar como moeda internacional, FMI e Banco Mundial).

Nesse sentido, a Casa Branca patrocina um discurso internacional de ideais maiores, focados na proteção dos direitos humanos, na democracia e na proteção do meio ambiente, buscando neutralizar a influência chinesa no insular crescente mackinderiano democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho acadêmico procurou *ab initio usque ad mais* analisar a evolução da geopolítica mundial a partir das tensões entre poderes dominantes. Pela sistematização das estratégias norte-americanas, foi possível perceber que a inserção internacional de um país deve ser ato soberano sem maiores limitações impostas por nações hegemônicas. Com efeito, até o advento da crise de 2008, pela sua dimensão geopolítica, as estratégias norte-americanas tinham e continuam a ter efeitos de extraterritorialidade que avançam, diretamente, sobre o terreno interno das demais nações do mundo.

Dotadas de extraordinária lógica de construção, as estratégias estadunidenses buscam sempre concepções geopolíticas clássicas que lhes sirvam de fundamento. Sob este aspecto, é irrespondível a influência da Teoria das Fímbrias na Estratégia da Contenção de Kennan, é inegável a ascendência da Teoria da Tríade sobre a Estratégia do *Engagement and Enlargement* de Bill Clinton e Obama, é indubitosa a influência da Teoria do Choque de Civilizações de Samuel Huntington sobre a Estratégia de Bush e, finalmente, a Teoria do America First nas Estratégias de Trump e Biden.

Pela sistematização engendrada, foi possível constatar que a NSS de Trump, antes mesmo da crise do coronavírus de 2019, já apresentava estrutura cratológica incompatível com a posição de líder da globalização neoliberal, até então ocupada pelos Estados Unidos. Como entender, em pleno século XXI, a geopolítica norte-americana desconstruindo a globalização neodarwinista, que ela

mesma edificou diretamente desde a queda do muro de Berlim, em 1989? (Góes, 2018, p. 529).

Nesse sentido, demonstrou-se que a Estratégia de Trump não era apenas a versão mais atualizada da doutrina isolacionista da era eurocêntrica, mas, principalmente, um marco de ruptura paradigmática com todos os outros arquétipos estratégicos que lhe antecederam. Ou seja, a América de Trump, denegando a teoria da tríade, afastou-se da liderança do globalismo neoliberal, para se aproximar da racionalidade neoisolacionista, verdadeiramente protecionista, que viabilizou o tão propalado “giro geopolítico da desglobalização”, provocado, por sua vez, pelo engrandecimento do poder chinês, que se consolidou com a convergência entre o Cinturão Econômico da Rota da Seda (por terra) e a Rota da Seda Marítima do Século XXI (por mar).

Nesse sentido, evidenciou-se que a crise da Covid-19 reforçou ainda mais essa visão de sucesso chinês sobre os EUA no que tange à sua capacidade de influência internacional e de controle da economia globalizada. A emergência sanitária comprovou a dependência mundial dos equipamentos de saúde fabricados na China, daí a tentativa estadunidense de neutralização geopolítica da expansão chinesa, não apenas em relação à conquista da ilha mundial mackinderiana (massas terrestres da Europa, Ásia e África), mas, também, do crescente exterior ou insular (as terras do continente americano, da Austrália e adjacências)

Em visão mais elevada, compreendeu-se que as Estratégias dos EUA se abeberam sempre da ideia-força de que segurança nacional e prosperidade econômica caminham indissolúvelmente juntas. Se a Estratégia da Contenção derrotou a ex-URSS, a Estratégia do *Engagement and Enlargement* levou ao apogeu econômico, a Doutrina Bush neutralizou o fantasma terrorista, resta saber se a Estratégia de Biden será capaz de evitar a multipolaridade ou até mundo globalizado sob controle da China. O futuro paradigma estratégico dos EUA vai ter que repensar a sua forma de atuação internacional. A solução vislumbrada terá que privilegiar um sistema global cosmopolita de inspiração kantiana.

Acrescente-se a esse cenário a guerra Russo-Ucraniana e o conflito Hamas-Israel que promoveram, e ainda promovem, uma sucessão de lances no tabuleiro do xadrez mundial, não sendo possível vislumbrar qual competidor ou equipe vencerá a competição pelo geopoder.

Esses conflitos armados - que estão causando sérias crises humanitárias - colocam em xeque o futuro da segurança na Europa, no Oriente Médio e, de forma geral, no mundo; seus impactos ainda são incertos. Infere-se, portanto, que a

ordem internacional já esteja passando por uma profunda transformação, com o fim da hegemonia americana e a ascensão de novas potências, como a China.

Como visto, a instrumentalização do sistema de governança neoliberal parte de um mosaico de fenômenos, cuja dinâmica prioriza a geopolítica unipolar em detrimento da multipolar, a democracia liberal em prejuízo da cosmopolita, a estatalidade mínima em deterioração do *welfare state*; tudo isso gerando um quadro de agravamento do ciclo da periferia dos países subdesenvolvidos do Sul Global, como, infelizmente, ainda é o caso do Brasil. (GÓES, 2023, p. 136).

Em suma, o arquétipo liberal de sistema de governança global não conseguiu debelar os efeitos nocivos da pandemia mundial e, provavelmente não conseguirá também no pós-Guerra da Ucrânia. Assim, não é somente a nação mais poderosa do mundo que tem a tarefa de repensar seu modelo de inserção internacional, o Brasil também a tem. Deitado em berço esplêndido por muito tempo, o gigante brasileiro, pela própria natureza, país de perfil continental e atlântico, omitiu-se geopoliticamente do cenário sul-americano.

Tal afastamento motivou a expansão chinesa no nosso *lebensraum*, na medida em que poucas nações sul-americanas ficaram imunes à projeção chinesa. Assim sendo, urge ao Brasil afastar a sua postura geopolítica introspectiva e recuperar o tempo perdido, assumindo a liderança sul-americana que lhe é demandada pelos demais países do continente.

Enfim, na virada do século XX para o século XXI, a consecução do grande imperativo categórico da geopolítica brasileira será o grande avisador de tempos felizes no encontro da garantia do núcleo essencial de vida digna para todos os brasileiros com a expansão do núcleo estratégico das grandes empresas multinacionais brasileiras. Esta é a única maneira de vencer o ciclo da periferia, colocando o Brasil entre as cinco primeiras potências mundiais.

REFERÊNCIAS

ALVES PEREIRA, Antonio Celso. “A reforma das Nações Unidas e o sistema internacional contemporâneo”. In: *Desafios do direito internacional contemporâneo*. Organizador Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: BARROSO, Luís Roberto (Org). *A nova interpretação constitucional. Ponderação, Direitos fundamentais e Relações Privadas*. Rio de Janeiro:Renovar, 2003.

BERCEAN, Ioana-Nelia Constantin. WHAT DOES THE MIDDLE EAST CRISIS REVEALS ABOUT THE NEW GLOBAL ORDER?. *Defense Resources*

Management in the 21st Century, v. 18, n. 18, p. 42-50, 2023. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=1212045>. Acesso em 06 mar. 2024.

BREMMER, Ian; ROUBINI, Nouriel. AG-zero world-the new economic club will produce conflict, not cooperation. *Foreign Aff.*, v. 90, p. 2, 2011. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/world/g-zero-world>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRUNK, Ingrid Wuerth; HAKIMI, Monica. Russia, Ukraine, and the future world order. *American Journal of International Law*, v. 116, n. 4, p. 687-697, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/A7F4BFEF6CE7296F4C1AA1A4C9C3C105/S0002930022000690a.pdf/russia-ukraine-and-the-future-world-order.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Second chance: three presidents and the crisis of american superpower*. New York, Basic Books, 2007.

FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 59.

FRANÇA, Lucylea Gonçalves. Transcendências e vulnerabilidades ao Direito Internacional desde a invasão da Rússia à Ucrânia (2022). *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais - IURJ*, [S. l.], v. 3, n. 1, 2022. p. 167–172. Disponível em: <https://revista.institutouniversitario.com.br/index.php/cjsiurj/article/view/117>. Acesso em: 28 fev. 2023.

GÓES, Guilherme Sandoval, MASSERA, Hector Villagra. *Brasil e Chile: posição geopolítica no contexto mundial contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora da ESG, 2015.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica Mundial e America's Grand National Strategy: diálogos epistemológicos indissociáveis. *Revista da Escola de Guerra Naval (Ed. Português)*, v. 24, p. 500-542, 2018.

GÓES, Guilherme Sandoval. Multipolaridade, governança global e questões humanitárias. *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA*, v.10, p.119 - 139, 2023. Disponível em acesso em 25 de março de 2024.

GÓES, Guilherme Sandoval; RATTMANN, C. A. O mundo multipolar e a ordem metaconstitucional: desafios e perspectivas decorrentes da guerra da Ucrânia. *Revista Intellector*, v.XX, ed 40,p.20 - 39, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/10599891>. Acesso 25 mar 2023.

GREENLAND, Philip; LAKSER, Oren; LIPSCHUTZ, Lisa. Importance of a broader view of the Hamas–Israel war. *BMJ Global Health*, v. 9, n. 2, p. e 014378, 2024. Disponível em: <https://gh.bmj.com/content/bmjgh/9/2/e014378.full.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

HAASS, Richard. How a world order ends. *Foreign Affairs*, v. 98, n. 1, p. 22-30, 2019. Disponível em: http://biblio.institutoelcano.org/DOCS/VVidaPolitica/BMarcoPollnter/Haass_HowWorldOrderEnds.pdf. Acesso em 03 mar. 2024.

MEZLER, Nils; KUSTER, Etienne (Coord.). *Direito Internacional Humanitário: uma introdução abrangente*. [S.l.]: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2020. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/direito-internacional-humanitario-uma-introducao-abrangente>. Acesso em 15 de dez 2024.

RAMONET, Ignácio. *A geopolítica do caos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SAMII ISFAHANI, Alireza; FARAHMAND, Sara. Russia-Ukraine War and the Future of International Order. *Central Asia and The Caucasus Journal*, v. 28, n. 118, p. 87-113, 2022. Disponível em: http://ca.ipisjournals.ir/article_696736_6264e3513cd05d863a53db0551a3dfd5.pdf. Acesso em: 04 mar. 2024.

SAMUEL, M.T. The Israel-Hamas War: Historical Context and International Law. *Middle East Policy*, v. 30, n. 4, p. 3-9, 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/mepo.12723>. Acesso em: 01 mar. 2024.

TUATHAIL, Gearóid Ó. Political geography of contemporary events VIII the language and nature of the 'new geopolitics'—the case of US-EI Salvador relations. *Political Geography Quarterly*, v. 5, n. 1, p. 73-85, 1986.

UNITED STATES. U. S. National Strategy of Engagement and Enlargement. Administration of William Clinton. Washington, D.C. Press, feb. 1996.

UNITED STATES. U.S. National Strategy of Defending The Nation Against Its Enemies. Administration of Georg W. Bush. Washington, D.C. Press, sep. 2002.

UNITED STATES. U.S. National Strategy of Making America Great Again. Administration of Donald Trump. Washington, D.C. Press, dec. 2017.

UNITED STATES. U.S. National Strategy of Nation Renewal and Global Leadership. Administration of Barack Obama. Washington, D.C. Press, may. 2010.

WELFENS, Paul JJ. *Russia's Attack on Ukraine: Economic Challenges, Embargo Issues & a New World Order*. Universitätsbibliothek Wuppertal, University Library, 2022. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/bwu/eiiwdp/disbei312.html>. Acesso em: 01 mar. 2024.